

POLÍTICA

Sarney fala duas vezes ao País

Ontem, na Conversa ao Pé do Rádio, ele saudou a instalação da Constituinte. Hoje, em rede nacional, ele fala com a "consciência tranquila" por ter cumprido seu dever.

O presidente José Sarney ocupará por dez ou 12 minutos uma cadeia obrigatória de rádio e de televisão para fazer um pronunciamento à Nação, hoje, às 20h30, sobre a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Amanhã, o presidente da República será o principal convidado para a instalação dos trabalhos constitucionais, às 16 horas.

No pronunciamento, que o presidente Sarney gravará no Palácio do Planalto, hoje à tarde, ele lembrará o orgulho de uma Assembleia Nacional Constituinte ter sido convocada a partir de uma mensagem sua, com uma proposta de emenda à atual Constituição, enviada ao Congresso Nacional, no ano passado, e vai dizer que essa Constituinte será um instrumento de mobilização da consciência nacional, para estabelecer uma lei maior, que tenha um sentido de permanência nacional e que seja capaz de garantir o futuro do País, garantir o direito de conviver em paz e de progredir na busca da felicidade.

O pronunciamento do presidente da República escrito de seu próprio punho ontem à noite, de certa forma foi antecipado pelo programa *Conversa ao pé do rádio*, que foi ao ar ontem de manhã, e servirá como base para a gravação de hoje. (Leia matéria ao lado.)

Assim, Sarney vai lembrar que, para se chegar ao momento de amanhã, de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, foi preciso restaurar a liberdade em todos os recantos do País e liberar a organização partidária, sem excluir quem quer que fosse. Ele vai lembrar a realização de eleições diretas para prefeitos em 1985 e, em relação às eleições do ano passado, que todas as formas de limitação da propaganda eleitoral foram eliminadas.

Como disse no programa de ontem, o presidente Sarney vai afirmar estar com a consciência tranquila por ter cumprido o seu dever como presidente da República num momento de transição; que o País mudou, e que ele honrou o legado do falecido presidente Tancredo Neves.

Renovando a certeza de que o recurso à oração há de assegurar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e proteção divina e o respeito aos ditames da lei de Deus, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — fez ontem uma saudação aos constituintes para que iniciem seu trabalho de tanta responsabilidade "a serviço do fortalecimento institucional de nossa sociedade, para que seja mais justa, democrática e fraterna".

Na esperança de que os constituintes se empenhem, com denodo, no exercício de seu mandato para responder às justas aspirações do povo brasileiro, a nota de saudação da CNBB chama a atenção para o próprio regimento interno, que será a primeira tarefa da Constituinte, e pede ser, em si mesmo, importante instrumento para o aperfeiçoamento democrático, na medida em que garante o tempo conveniente — que nem apressa nem prolonga em demasia — as decisões constitucionais, propicie ampla divulgação dos trabalhos e valorize as diversas formas de participação popular, acatando inclusive a possibilidade de que grupos expressivos de cidadãos apresentem, no decurso dos trabalhos, projetos sobre matéria constitucional.

Mas a CNBB, em sua saudação, anuncia também que nomeou uma comissão especial, que procurará acompanhar todos os trabalhos da Constituinte e assegurar às comunidades a necessária comunicação, "compreendendo seu dever de contribuir eficazmente para o bom desempenho da Constituinte e cumprindo o mandato recebido da Assembleia Geral e do Conselho Permanente do Episcopado Nacional".

Nunca, em todos os tempos, o Brasil pôde elaborar uma Constituição em clima de tanta liberdade, e nunca "os constituintes tiveram tão amplas e totais garantias livres de quaisquer pressões, internas e externas e sem ameaça de qualquer golpe", foram as palavras proferidas ontem pelo presidente José Sarney no programa *Conversa ao pé do rádio*, na sua primeira saudação pública à Assembleia Nacional Constituinte que se instala amanhã.

Também desde a Independência — destacou o presidente — esta será a mais representativa de todas as Constituintes, para a qual votaram 70 milhões de eleitores de todo o País. O Brasil, de acordo com ele, merece o melhor: "Está pronto, pacificado, organizado para ter uma constituinte moderna, justa e democrática".

No entanto, para chegar a este ponto, a Nação percorreu, conforme declaração do presidente em seu programa radiofônico semanal, um longo caminho, que incluiu a reorganização partidária, com o reconhecimento das agremiações que viviam na clandestinidade e a realização de eleições diretas para prefeituras das capitais e estabelecimento do princípio de eleições diretas em todos os níveis. Mais: "Fim de intervenções em sindicatos, que permitiu o diálogo dos trabalhadores com o governo. Ninguém foi perseguido, preso, processado. Bem-vindo ao sofrer qualquer tipo de cerco ou perseguição por ser contra ou por ser a favor do governo", disse.

Estou com a minha consciência tranquila", continuou o presidente da República, que também se considera "muito orgulhoso" por ter convocado a Assembleia Nacional Constituinte e ter honrado o legado do falecido presidente Tancredo Neves. Essa obra, porém, friso, ele não tem placas nem foi feita "com cimento e pedra, mas com muito trabalho, um trabalho tranquilo". Foi feita tão rapidamente que, às vezes, nós nem acreditamos que tenhamos percorrido um caminho tão longo". A esperança de Sarney, porém, é que o povo reconheça a sua definição, o povo é sábio e não só percebe, como também apoia: a luta do governo pela paz, justiça, emprego e desenvolvimento — condições que, sem as quais, a seu ver, "não há lei nem organização que resistam".

Enfatizando que "a liberdade do povo é a primeira responsabilidade do governo", o presidente Sarney disse que a Constituinte deverá refletir a aspiração da sociedade, e a Assembleia um instrumento de mobilização da consciência nacional, "para estabelecer uma lei maior, que tenha um sentido de permanência e que seja capaz de garantir o futuro do Brasil".

A CNBB pede responsabilidade



SENADOR ROBERTO CAMPOS

"O voto dado ao doutor Ulysses equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra."



"O voto, dado ao doutor Ulysses, equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra. O mal menor, portanto, é começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade."

O diagnóstico foi feito pelo senador Roberto Campos durante reunião da Executiva Nacional do PDS com sua bancada federal, realizada ontem, pela manhã, para discutir a posição do partido na Assembleia Nacional Constituinte. O líder na Câmara, Amaral Neto, também crítico Lyra, mencionando seu comparecimento anteontem à reunião da bancada. Disse que "foi um golpe de mestre. Ele tem cara de pau, impressionou muitos companheiros. Confio, porém, na posição da bancada e na palavra de meus companheiros. Nunca tapei adversário. Não vou dizer que garanto os votos

da bancada toda para Ulysses se não puder fazê-lo".

O mais importante da reunião da cúpula do PDS foi, porém, a intencionalidade de Campos:

"Gostaria de dizer aos senhores, inicialmente, que minha posição ante a Assembleia Nacional Constituinte é escandalosa e heterodoxa. Procura-se dar a ela extraordinária importância reduzindo-se a importância do Congresso ordinário. Acho a Constituinte uma aberração porque não houve ruptura da ordem constitucional, situação, portanto, totalmente diferente da Independência, da Proclamação da República, da queda do Estado Novo. A transição política de 1984 foi perfeitamente normal. O que devia ser feito era ampla reforma da Constituição para à qual o Congresso tinha amplos poderes, exceto no que diz respeito à monarquia e à Federação. Por que foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte? Porque cer-

tos grupos persuadiram Tancredo Neves que somente a Constituinte aceleraria o processo de mudanças de que todo mundo fala, mas que ninguém concretiza".

Para o senador matogrossense "a Constituinte vai ser um carnaval cívico por causa da mudança do quórum. Antes eram exigidos dois terços dos votos, o que exprime a vocação majoritária da sociedade. Com a maioria simples, grupos radicais entretêm a esperança de votar mudanças graças a majorias organizadas em clima de furor emocional ou ideológico".

Roberto Campos denunciou ainda "o abuso de decretos leis. Teremos a ditadura declarada com o recesso da Câmara e do Senado". Para ele "uma das grandes discussões, que ora se trava, é sobre a mecânica fabricada da Constituinte: se através da comissão geral ou de comissões. Esta me parece solução feliz porque permite maior grau de participação

e multiplica a superfície sobre que grupos de pressões organizados se poderão aplicar. É muito mais difícil exercer pressão simultânea e organizada sobre dez comissões que sobre uma. Razão tática torna aconselhável a mecânica das comissões".

Ele acha ainda que "todas as distorções do autoritarismo administrativo não vêm do texto constitucional, e, sim, da violação do texto constitucional freqüente, entre nós, porque inexistente Corte Constitucional e porque o Supremo Tribunal não tem exercido a função de defender a Constituição do povo contra abusos administrativos. Na Constituinte, temos de reforçar o supremo ou criar Corte Constitucional", assinalou.

O encontro foi presidido pelo senador Jarbas Passarinho, presidente em exercício do PDS, e contou com várias intervenções do deputado Konder Reis (PDS-SC), autor de propostas de regimento interno da Constituinte.

Vagas na Assembléia. E cinco novos assumem.

Segunda-feira, às 16 horas, no gabinete da presidência da Assembleia de São Paulo e perante a Mesa reunida — presidente, primeiro e segundo secretários — cinco suplentes de deputados prestarão o compromisso constitucional, após apresentarem o diploma da Justiça Eleitoral e declaração de bens, e serão investidos do mandato parlamentar. São eles Nelson Fabiano,

Benedito Ribeiro e Jorge Assumpção Schmidt, do PMDB, Benedito Campos, PFL, e Juracy Batista Magalhães, do PT. Eles assumirão as cadeiras vagas com a renúncia de Manoel Moreira, Kopu Iha, Geraldo Alcemin, Ricardo Izar e Eduardo Jorge, respectivamente, eleitos deputados federais, com mandato a partir de amanhã. Caio Jacob, do PFL, também

suplente, não poderá ser investido do mandato, por enquanto, porque o titular da cadeira, Fausto Rocha, eleito deputado federal, ainda não renunciou.

Segundo circulou no Palácio 9 de Julho, a bancada do PT não vê com simpatia a posse de Juracy Magalhães, porque ele aderiu à candidatura de Paulo Maluf na úl-

tima companhia eleitoral para governo do Estado.

Como eles estão assumindo durante o recesso de final de ano do Legislativo, os novos deputados não terão, por enquanto, oportunidade de exercer efetivamente o mandato — legislando e discursando — salvo na hipótese de uma convocação extraordinária da Assembleia, fora de qualquer cogitação.

MILITARES

O ministro da Aeronáutica explica como irão atuar



O ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Moreira Lima (foto), negou ontem, em Belo Horizonte, que as Forças Armadas estejam fazendo lobby junto aos constituintes. Segundo ele, nenhuma das três armas têm necessidade de lançar mão de tal método. Entretanto, Moreira Lima admitiu que assessores do Exército, Marinha e Aeronáutica estão acompanhando os trabalhos constituintes "de forma a defender os pontos de vista das Forças Armadas". Esse trabalho, segundo o ministro, é um desempenho histórico, e visa somente defender "nossa posição que até hoje foi assegurada por todas as Constituintes desde a primeira (da República) em 1891".

O ministro, que esteve em Belo Horizonte especialmente para inaugurar a primeira biblioteca da Aeronáutica aberta à comunidade, assegurou que é necessário esclarecer muitos pontos que são distorcidos, pela firma como é apresentada a missão das Forças Armadas. Com relação a esse papel, Moreira Lima disse que a sua visão é idêntica à dos outros ministros militares, ou seja, deverá ser mantida a mesma posição tradicionalmente assegurada pelas outras constituintes.

Com relação ao lobby que as Forças Armadas estariam fazendo junto aos Constituintes, o ministro Moreira Lima assegurou que este é um papel que a área militar sempre desempenhou. O que nós fazemos, argumentou Moreira Lima, "é um acompanhamento de projetos do interesse do nosso setor. É um trabalho continuado e será mantido como sempre foi".

Sobre as informações de que as Forças Armadas têm restrições ao nome do deputado Fernando Lyra, que disputa a presidência da Câmara, o ministro negou o "boato" e reafirmou que esses assuntos são de inteira responsabilidade das lideranças políticas e que os militares nada têm a ver com isso.

Jornal da Constituinte

O deputado federal constituinte de 1946, Jaci de Figueiredo, eleito pelo PR (Partido Republicano) representando Minas Gerais, defendeu ontem a revogação da Constituição de 1967, atualmente em vigor e a imediata vigência, pela Assembleia Nacional Constituinte, da Carta de 1946, "que é mais própria para o atual momento institucional do País".

Só cinco dos 19 deputados constituintes de 1946, por Pernambuco, estão vivos. São eles Gilberto Freyre, Barbosa Lima Sobrinho, Jarbas Maranhão, João Cleofas e Luís Carlos

Prestes. Na época um candidato podia ser votado em mais de um Estado, como aconteceu a Prestes.

Todas as paróquias do Rio, nas missas de amanhã, farão orações especiais pela Constituinte. A determinação é da Cúria Metropolitana, depois de decisão tomada em reunião do cardeal Eugênio Sales com os bispos auxiliares e vigários episcopais.

Qualquer cidadão que quiser saber, rapidamente o teor dos projetos

em discussão na Constituinte e deseja enviar sugestões para os políticos, poderá utilizar gratuitamente os computadores que a Fundação Pró-Memória está instalando no Rio e em Brasília. De São Paulo as pessoas poderão consultar o sistema de computadores através do e-mail mensagem, com acesso direto aos microcomputadores, ou ligações telefônicas para os centrais do Rio ou de Brasília. O endereço é Avenida Rio Branco, 46, no centro da cidade, tel.: (021) 253-4622.

A participação do trabalhador na Constituinte será amplamente de-

batida na próxima segunda-feira, no auditório da reitoria da Universidade de Brasília, pelos presidentes das confederações nacionais de trabalhadores, representantes da CUT e CGT, sindicatos e associações de profissionais liberais.

O jurista Marcelo Duarte, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal da Bahia, disse que os senadores eleitos em 1982 não podem participar da elaboração da nova Constituinte e devem integrar apenas o Congresso ordinário. Mas eles participarão da elaboração da nova Carta.

PT

A direção nacional intervm no diretório cearense

A direção nacional do PT se recusa a utilizar a expressão "intervenção branca", mas resolveu ontem considerar sem efeito todas as decisões tomadas pelo diretório do Ceará, no caso dos "coronéis do PDS" que teriam financiado a disputa do candidato do PT nas eleições de 15 de novembro. A intenção dos "coronéis" seria, com o eventual crescimento do candidato do PT, desestabilizar a candidatura de Tasso Jereissati do PMDB.

O diretório do Ceará, com base na comissão de ética, excluiu a prefeita Maria Luiza Fontenelle, de Fortaleza, de qualquer advertência, apesar de uma recomendação em contrário, por ela estar informada de que ocorria no seu partido. O partido decidiu pela expulsão de três ex-dirigentes que teriam recebido dinheiro dos "coronéis": Gilvan Rocha, William Montenegro, Manuel Fonseca Neto. Mas, ontem, o diretório nacional do PT decidiu suspender essas decisões e nomear uma comissão integrada por Hélio Bicudo, Jacó Bittar e Jorge Bittar "para examinar mais profundamente o caso", e apresentar um relatório no próximo dia 8 de março. "Não se trata de uma intervenção porque essa proposta foi apresentada e retirada na mesma hora. O que vamos fazer é apenas uma averiguação", disse Jacó Bittar.

A decisão do diretório nacional em relação ao caso dos "coronéis" foi tomada durante o segundo e último dia de reunião do diretório nacional do PT. Ao contrário do que ocorreu no primeiro dia, a reunião de ontem foi a portas fechadas e serviu também para o PT discutir sobre as posturas que adotará na abertura da Constituinte e escolher sua comissão executiva nacional. Fernando Lyra ou Ulysses Gui-

marães? O partido não se decidiu por nomes porque é contra a eleição para a presidência da Câmara e o Senado. Eles defendem a ideia do funcionamento unicameral do Congresso com uma única mesa, que acreditam que deva ser pluripartidária na proporcionalidade dos 13 partidos com parlamentares eleitos. "Vamos trabalhar para que não haja eleição para a presidência da Câmara e do Senado", disse Olívio Dutra, eleito secretário-geral do partido. Mas, a decisão da bancada, com 10 deputados, no caso de haver eleições para a presidência das duas Casas, será tomada hoje à tarde numa reunião em Brasília.

Entretanto, ficou decidido que a bancada do PT, da mesma maneira que os 17 deputados do PMDB que compõem a bancada do Rio Grande do Sul irão fazer um juramento à Constituinte com ressaltos. De qualquer modo se a Câmara

e o Senado funcionarem, o Partido dos Trabalhadores entende que as Mesas devem ter funções apenas administrativas. Eles querem ainda que os 559 parlamentares eleitos para a Constituinte "participem ativamente" na elaboração da nova Carta e são contra a designação de uma comissão para elaborar um projeto. Preferem que sejam formadas quatro grandes comissões ligadas aos principais temas da Constituinte — Direitos e Garantias, Organização e Funcionamento do Estado, Ordem Econômica e Ordem Social — com a participação de todos incluindo também entidades da sociedade civil, como OSB, CNBB, Dieese, CGT, CUT, ABI entre outras.

A legislação ordinária será tratada em sessões especiais convocadas para essa finalidade por uma comissão mista de triagem e fiscalização formada por 60 pessoas. "A preocupação do PT é que o Con-

gresso Constituinte não se perca para elaborar a legislação ordinária", disse Olívio Dutra.

Numa análise da situação econômica, o diretório nacional decidiu ainda que o partido irá colocar "como questão central na Constituinte e nos movimentos salariais dos sindicatos a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa". A saída que o partido propõe ao Brasil contra boicotes dos países credores pelo corte de pagamento é "diversificar suas relações internacionais, incluindo os países socialistas".

Outra decisão: o PT acha que a Constituinte é soberana e não pode subordinar-se ao presidente da República e por isso quer que seja declarada a provisoriedade de Sarney no cargo durante os trabalhos constituintes.

O partido escolheu ontem também sua comissão executiva nacional. Lula foi reconduzido ao cargo de presidente e Jacó Bittar ao de 1º vice-presidente, enquanto Olívio Dutra ficou na secretaria-geral no lugar de Francisco Weffort que renunciou depois das eleições. Para a 2º vice-presidência, Luís Soares Dulce; para a 3º vice-presidência Luís Eduardo Greenhalg; para a 1º secretário, Paulo Delgado; para a 2º secretário, Perseu Abramo; tesoureiros: Francisco Acorsi, Geraldo Magala e Marcelo Deda; vogais: Hélio Bicudo, Eduardo Suplicy, Wladimir Pomar e Athos Pereira.

O diretório nacional não aprofundou qualquer discussão sobre as correntes internas existentes no partido. Decidiu deixar o assunto para novembro num encontro nacional. Mas o diretório é favorável "à participação das posições minoritárias nos órgãos de direção do partido", segundo adiantou Olívio Dutra. Vera Cecília Dantas

MULHERES

No primeiro encontro, uma certeza: há discriminação.

Uma reunião para articular uma ação conjunta das mulheres constituintes nos seus pontos convergentes foi realizada ontem na Câmara dos Deputados com a presença de 11 deputadas eleitas em 15 de novembro. Nos primeiros contatos com o Legislativo as deputadas afirmam já não ter nenhuma dúvida de que a discriminação existe, principalmente entre os próprios colegas deputadas. "Nós consideramos isto até uma coisa natural na nossa sociedade, mas vamos lutar contra qualquer tipo de discriminação enquanto estivermos trabalhando como constituintes", afirmou a deputada Raquel Cândido, do PFL de Rondônia.

As deputadas fizeram questão de frisar que o encontro não pretendia articular um levante feminino dentro da Assembleia Constituinte, mas "conhecer as colegas e trocar idéias, enquanto mulheres e cidadãs brasileiras". Segundo a deputada eleita por Brasília, Maria de Lourdes Abadia, "já há uma preocupação, desde o início, de que não seja fechada entre as mulheres constituintes só a questão da mulher, mas de todo o povo brasileiro".

A deputada pelo PFL do Rio de Janeiro, Sandra Cavaicani (foto), disse que é muito importante a união das mulheres "para fazer com que nossas divergências pesem menos, já que nossos pontos convergentes são muito maiores". Após a reunião, elas concluíram que a questão da mulher, a uma luta suprapartidária e por isso será necessário realizar encontros periódicos, para se articularem e lutarem contra discriminação. "Nós temos que evitar que sejam destacadas as deputadas que são filhas ou esposas de grandes políticos, ou porque são apenas mais bonitas do que as outras", afirmou uma delas.

No final do encontro, a deputada Rose de Freitas (PMDB-RO) convidou suas colegas para discutirem numa próxima reunião o primeiro projeto que ela pretendeu apresentar na Câmara. O plenário prevê que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte seja transformado, uma vez por semana, em plenário aberto, onde a população possa ter acesso.